

CÓDIGO DE BOAS PRÁTICAS

Este Código de Boas Práticas tem por objetivo contribuir para a qualidade da ACTIO: docências em Ciências, visando garantir a sua confiabilidade para editores, autores, avaliadores e leitores. O código tem por base o Manual de Boas Práticas da ANPAD (ANPAD, 2017), o Código de Conduta e diretrizes para a melhor prática para Editores de Periódicos Científicos do *Committee on Publication Ethics* (COPE, 2013).

1. Questões relativas à Publicação e Autoria

- Lista de referências e financiamento

Os autores devem listar e citar apropriadamente, de acordo com as instruções fornecidas em página específica, os trabalhos que serviram de base para o desenvolvimento da pesquisa. Além disso, devem fornecer informações, quando for o caso, sobre as fontes de financiamento da pesquisa, em agradecimento ao final do artigo ou em nota de rodapé no início.

- Plágio e dados fraudulentos

Os autores devem declarar que os artigos são de sua própria autoria e que o material de terceiros eventualmente usado é referenciado e empregado de modo legítimo. Não será admitido plágio, falsificação ou fabricação de dados.

- Publicação da mesma pesquisa em mais de um periódico

Os autores devem declarar que os artigos submetidos para avaliação e seu conteúdo essencial são inéditos e não estão em processo de avaliação por outra publicação.

2. Responsabilidades dos Autores

- Os autores devem assegurar que todos os dados apresentados no artigo são reais e autênticos
- Todos os autores devem ter contribuído significativamente para o desenvolvimento da pesquisa

Os autores incluídos no artigo devem ter contribuído significativamente para a elaboração do trabalho, não sendo admitida a inclusão de autores após a aceitação do artigo.

- Todos os autores devem fornecer, quando necessário, correções ou retratações de erros cometidos
- Os autores devem assegurar que a pesquisa, quando for o caso, tenha sido aprovada por um organismo adequado, por exemplo, Comissão de Ética em Pesquisa, Conselho de Revisão Institucional. (ANPAD, 2017)
- Os autores podem ser convidados para serem avaliadores no processo de revisão por pares do periódico
- Caso os autores sejam bem-sucedidos na publicação de um artigo na ACTIO, podem ser chamados para avaliar um artigo para a revista. (ANPAD, 2017)

Caso os autores sejam acionados para atuar neste papel, devem fazê-lo com dedicação, presteza e seriedade científica, contribuindo para a melhoria do artigo.

3. Quanto ao processo de Revisão por pares e das Responsabilidades dos Revisores

Quanto aos Avaliadores e suas Responsabilidades

Os avaliadores devem recusar-se a fazer avaliações para as quais não se sintam qualificados. Apenas concordar em avaliar manuscritos caso:

- possuam o conhecimento da matéria para realizar uma revisão adequada
- possam avaliar em tempo hábil e “devem explicitamente comprometer-se a atendê-lo ou negociar sua alteração. Cumprir a data de devolução assim acordada é uma questão de ética, respeito e responsabilidade da função de revisor”. (ANPAD, 2017)”.
- Os avaliadores não devem ter conflito de interesse com a pesquisa, os autores e / ou os financiadores da pesquisa que está sendo avaliada
- Os avaliadores devem declarar potenciais conflitos de interesse (pessoais, financeiros, intelectuais, profissionais, políticos ou religiosos) para que a equipe editorial da ACTIO possa alinhar melhor as avaliações
- Sendo o processo de avaliação duplo cego, os avaliadores devem informar o editor caso a identidade do autor lhes seja conhecida
- Os avaliadores não devem usar ou se apropriar indevidamente dos conhecimentos adquiridos durante o processo de avaliação dos artigos
- Os artigos avaliados devem ser tratados de forma confidencial. Os revisores devem respeitar a confidencialidade da revisão por pares e não revelar quaisquer detalhes de um manuscrito ou de sua revisão, durante ou após o processo de avaliação (COPE, 2013).

Quanto às avaliações:

- Devem ser objetivas e construtivas, abstenendo-se de hostilidades e evitando fazer comentários pessoais difamatórios ou depreciativos (COPE, 2013)
 - O avaliador deve assinalar as falhas que podem ser corrigidas indicando o que deve ser feito para tanto
- “O revisor deve, sempre, avaliar o custo-benefício de cada mudança solicitada em termos da efetiva melhoria na qualidade do manuscrito” (ANPAD, 2017).
- Os avaliadores devem sugerir referências de trabalhos relevantes que não foram citados, sempre que cientificamente pertinente para o artigo e/ou sua reformulação
 - Os avaliadores devem buscar indicar todas as alterações passíveis na primeira revisão do artigo, evitando novas recomendações quando do retorno do artigo reformulado

4. Responsabilidades Editoriais

Os editores da ACTIO: Docência em Ciências, se comprometem a, sempre que possível (baseado em COPE, 2013):

- atender às necessidades dos leitores e autores
- melhorar constantemente o periódico
- garantir a qualidade do material publicado

- defender a liberdade de expressão
- manter a integridade do registro acadêmico
- impedir que necessidades empresariais comprometam os padrões intelectuais
- publicar correções, esclarecimentos, retratações e desculpas quando necessário

Os editores se empenharão para manter a qualidade e a relevância da publicação, o que inclui assegurar que a avaliação dos artigos submetidos seja objetiva, justa e realizada de acordo com as normas e os padrões da pesquisa científica da área de Administração.

Os editores, através da seleção de avaliadores, procurarão promover uma avaliação competente e imparcial dos artigos.

Os editores buscarão revisores que não sejam pertencentes à mesma instituição dos autores do artigo e nem sejam co-autores habituais destes. Também buscarão encaminhar as submissões a revisores com qualificação compatível com o trabalho a ser avaliado (ANPAD, 2017).

Os editores da ACTIO têm total responsabilidade e autoridade para rejeitar / aceitar um artigo

A decisão final de aceitação ou rejeição dos artigos é dos editores, considerando a qualidade, a originalidade, a relevância e a aderência deles à linha editorial da ACTIO: Docência em Ciências.

Esta decisão pode, eventualmente, contrariar as recomendações apontadas pelos avaliadores, desde que devidamente justificada. “O editor não é refém dos pareceres e opiniões que lhe chegam, mas, caso tenha de contrariá-los, deve agir com ética e discernimento muito claro” (ANPAD, 2017).

O editor não deve ter conflito de interesse com relação aos artigos que rejeita / aceita.

Caso identifique algum conflito de interesse, o editor passará a responsabilidade de decisão para um dos membros do comitê editorial, desde que este também não tenha conflito de interesse.

Os editores só devem aceitar um artigo quanto estiverem razoavelmente certos desta decisão.

Os editores devem publicar correções quando encontrarem algum erro na publicação.

Os editores devem preservar o anonimato dos avaliadores.

Deve ser assegurado por todos os envolvidos no processo de avaliação o tratamento confidencial dos manuscritos submetidos.

Os editores não devem usar ou se apropriar indevidamente dos conhecimentos adquiridos durante o processo de avaliação dos artigos.

5. Questões de Ética na Publicação

Monitoramento / salvaguarda da ética da publicação pelo Conselho Editorial

O Conselho Editorial da ACTIO: Docência em Ciências é responsável por monitorar o cumprimento do presente código de ética. Além disso, deve estar atento a mudanças nos padrões de editoria científica da área de Administração.

Diretrizes para retratação de artigos (baseado em COPE, 2013)

Os editores da ACTIO: Docência em Ciências podem considerar efetuar a retratação de um artigo se:

- houver claras evidências de que os resultados não são confiáveis, seja por resultado de má conduta (e.g., fabricação de dados) ou por um erro honesto (e.g., erro de cálculo ou erro experimental)
- as conclusões foram publicadas anteriormente em outro lugar sem referência adequada, permissão ou justificativa (i.e., casos de publicação redundante)
- constituir plágio
- relatar pesquisa antiética

Os avisos de retração deverão mencionar os motivos e as bases para a retração (para distinguir os casos de má conduta daqueles de erro honesto) e também devem especificar quem está retratando o artigo. Eles deverão ser publicados em todas as versões da revista (impresa e eletrônica) e deverão incluir o título do artigo e seus respectivos autores.

Manutenção da integridade do registro acadêmico (baseado em COPE, 2013)

Ao reconhecer a publicação de alguma declaração enganosa ou relato distorcido, deve-se corrigi-lo prontamente e dar-lhe o devido destaque na revista.

Se após uma investigação apropriada, prova-se que um item é fraudulento, este deve ser retratado. A retratação deve estar claramente identificável para leitores e sistemas de indexação.

Referências

ANPAD. **Boas Práticas da Publicação Científica. Manual para autores, revisores, editores e integrantes de corpos editoriais.** Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/~anpad/diversos/2017/2017_Boas_Praticas.pdf>. Acesso em 20 ago. 2017.

COPE. **Code of Conduct and Best Practice Guidelines for Journal Editors.** Committee on Publication Ethics, 2013. Disponível em: <https://publicationethics.org/files/Code%20of%20Conduct_2.pdf>. Acesso em 20 ago. 2017.